



Universidade de Verão 2017

Encerrada pelo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, a 15ª edição da Universidade de Verão foi um sucesso que suscitou comentários públicos depreciativos do Primeiro-Ministro António Costa.



Pg. 2

EDITORIAL CARLOS COELHO

Incêndios

Os incêndios em Portugal tiveram um enorme impacto na Europa. E foram debatidos no Parlamento Europeu, como nesta Carta da Europa se dá nota, com as intervenções de Fernando Ruas e Sofia Ribeiro.

No plano nacional há quem tenha de assumir responsabilidades (para que não haja impunidade) e assegurar que as decisões correctas serão tomadas para que não se repita a tragédia.

No plano europeu haverá que agradecer a pronta intervenção do Mecanismo Europeu de Protecção Civil (logo que houve pedido formal do governo português, como é exigido pelas regras).

Mas temos de ir mais longe! Paulo Rangel no Plenário de Estrasburgo, Emmanuel Macron no discurso da Sorbonne e o Presidente do PE Antonio Tajani no Conselho Europeu defenderam que **precisamos de uma Força Europeia de Protecção Civil**, com meios próprios, que não dependa da boa-vontade circunstancial dos Estados-Membros e que acorra em casos de grandes incêndios, furacões, inundações, sismos e outros desastres naturais.

Salvar Vidas é uma obrigação de todos e a Europa pode e deve contribuir para ajudar os Estados-Membros em casos de grandes catástrofes.

Sofia Ribeiro e Fernando Ruas abordam no plenário os fogos florestais

Pg. 3 e 4

José Manuel Fernandes critica execução dos Fundos em Portugal

Pg. 15

Carlos Coelho e Sofia Ribeiro falam do escândalo das viagens da RYANAIR

Pg. 13 e 16

A Universidade de Verão 2017 foi uma Escola de Valores

A 15ª edição da Universidade de Verão juntou, em Castelo de Vide, cerca de 100 jovens que, durante uma semana, discutiram os **principais desafios do futuro de Portugal e da Europa**. Temas como os incêndios florestais, o papel da Ciência nas nossas vidas ou a competitividade da economia portuguesa foram tratados em aulas que contaram com académicos, políticos e personalidades de reconhecido mérito profissional e técnico. O encerramento esteve a cargo de **Pedro Passos Coelho**, Presidente do Partido Social Democrata (PSD).

Carlos Coelho, Director da Universidade de Verão, fez um balanço desta edição, em que destacou **“a qualidade das participações, tanto dos nossos oradores convidados como do grupo de alunos que reunimos este ano. Não só discutimos os temas de maior actualidade, como tivemos as melhores pessoas para os discutir. Conseguir juntar um antigo Presidente da República, o Comissário Europeu português e académicos de primeira linha como Miguel Poiães Maduro ou Maria Manuel Mota - apenas para dar dois exemplos - foi um privilégio para os nossos alunos que, na verdade, protagonizaram momentos de debate com uma grande elevação. Saio de Castelo de Vide com confiança redobrada nesta geração de jovens que, pude testemunhar, está absolutamente comprometida com as grandes causas nacionais”**.

Questionado sobre o impacto mediático das declarações dos convidados, o Director da Universidade de Verão declarou que **“é natural que as intervenções de personalidades com a dimensão política de muitos dos nossos convidados sejam divulgadas e comentadas. Creio que a mediatização de muitas dessas declarações acaba por atestar a relevância da Universidade de Verão, como a maior e melhor acção de formação política realizada em Portugal. Estou convencido que a força deste nosso projecto, que já leva 15 anos, está na Liberdade: dos nossos convidados e dos nossos alunos. Todos os anos formamos 100 pessoas que, espero, saem de Castelo de Vide convictos de que podem mudar o rumo do país, pensando e agindo livremente”**.

Sobre as declarações do Primeiro-Ministro António Costa, Carlos Coelho afirmou que **“na Universidade de Verão temos um valor fun-**



Carlos Coelho, Director da Universidade de Verão afirmou que “na Universidade de Verão temos um valor fundamental: a Liberdade. Os nossos convidados e os nossos alunos debatem, pensam e agem livremente, durante uma semana de trabalho intenso em que abordamos todos os principais temas da actualidade política.”

damental: a Liberdade. Os nossos convidados e os nossos alunos debatem, pensam e agem livremente, durante uma semana de trabalho intenso em que abordamos todos os principais temas da actualidade política. Como Director da Universidade de Verão desde a sua fundação, há 15 anos, não admiti nem admitirei nunca que alguém tente condicionar quem convidamos ou quem participa, como aluno, de livre

vontade”. Acrescentou, ainda, que **“quando um Primeiro-Ministro apelida a Universidade de Verão de «escola da maledicência» insulta 100 jovens portugueses que dedicaram uma semana das suas vidas a discutir o futuro do país. A Universidade de Verão é uma Escola de Valores e, como tal, tem a Liberdade de Expressão inscrita no seu código genético. Sempre assim foi e continuará a ser”**. 

Paulo Rangel em visita de trabalho à Moldávia

No passado mês de Setembro o Deputado **Paulo Rangel** realizou uma visita de trabalho à Moldávia liderando uma delegação do PPE na qualidade de Vice-presidente do Partido Popular Europeu responsável pela admissão dos candidatos à família política do PPE. Na foto em troca de impressões com o novo Embaixador da União Europeia para a Moldávia sobre os grandes desafios, geopolítica e as relações entre este país e a UE. 



Fernando Ruas intervém em Sessão Plenária, em matéria de fogos florestais

Na sessão plenária, que teve lugar no mês de Setembro, em Estrasburgo, o Eurodeputado **Fernando Ruas** teve oportunidade de intervir sobre os fogos florestais que assolaram os países do sul da Europa, à margem de uma interpelação à Comissão dedicada ao tema *“Os incêndios deste verão na União Europeia”*.

Recorde-se que já em junho, o Deputado Europeu havia solicitado, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual é membro efectivo, um debate de urgência sobre prevenção de catástrofes naturais e combates a incêndios, numa altura em que Portugal e Espanha eram os países mais afectados, o qual veio a ter lugar na sessão plenária do mês de julho, em Estrasburgo.

Tal como o parlamentar teve oportunidade de salientar na sua intervenção *“somente no meu país, arderam este ano e até 31 de Agosto, 214 000 hectares de floresta. Este*



número representa mais 234% de área ardida, do que a média dos últimos dez anos para o mesmo período.”

No que respeita aos instrumentos de ajuda financeira da UE, Fernando Ruas questionou ainda a Comissária Corina Crețu sobre a perspectiva de aplicação

flexível do Fundo de Solidariedade por parte da Comissão, já que no terreno as populações precisam, urgentemente, de ajuda imediata.

Importa referir, no entanto, que os Governos nacionais são os primeiros responsáveis por essas ajudas, sendo também por essa razão que devem conhecer, em tempo, os montantes europeus que lhes são atribuídos.

O Deputado Europeu terminou a sua intervenção alertando, uma vez mais, para a *“absoluta necessidade de uma ajuda célere, simplificada e flexível às famílias dos sobreviventes, aos trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho, às empresas afectadas, aos Bombeiros e às Autarquias, sendo que essa ajuda poderá ser concedida pela União Europeia, quer através de acordos de parceria, quer através de fundos europeus estruturais e de investimento ou ainda através do plano Juncker”*, rematou. 



Sofia Ribeiro apresenta medidas para a gestão florestal por causa dos incêndios

"Não existe sistema de prevenção de incêndios nas florestas eficaz se não estiver inserido numa estratégia florestal sedimentada no tempo, que projete o futuro e contribua para o desenvolvimento rural". Foi desta forma que **Sofia Ribeiro** iniciou a sua intervenção num debate marcado de urgência pelos Deputados portugueses sobre os recentes fogos florestais que assolaram Portugal e Espanha, na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Foram vários os Deputados portugueses e espanhóis, mas também franceses, italianos, holandeses, irlandeses e gregos que se juntaram para, junto do Comissário **Christos Stylianides**,

responsável pela pasta da Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, discutir os instrumentos de resposta da UE e os procedimentos de prevenção e proteção civil.

Sofia Ribeiro explicou que compete aos Estados-Membros *"potenciar os apoios europeus ao desenvolvimento rural, especialmente os que concernem aos serviços básicos e renovação das aldeias, de florestação e de melhoria da viabilidade das florestas, bem como de prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios e outras catástrofes."* A Eurodeputada social-democrata destacou ainda a necessidade de estimular *"os apoios europeus à criação e manutenção de infraestruturas de proteção, à*

dinamização de atividades locais de prevenção contra os incêndios, incluindo a utilização de animais de pastoreio, e a criação e melhoria das estruturas de controlo dos incêndios florestais".

Já o Comissário Europeu tinha deixado o recado: *"Os recentes acontecimentos trágicos demonstraram, infelizmente, que prevenir é sempre melhor que remediar"*. Sofia Ribeiro aproveitou o momento para manifestar pesar pelo falecimento das 64 pessoas, manifestar solidariedade para com as restantes vítimas, agradecer a dedicação e empenho dos bombeiros portugueses bem como a pronta resposta da Comissão Europeia e o apoio dos Eurodeputados, *"face a uma tragédia que não pode voltar a acontecer"*. 

Discurso sobre o Estado da União Europeia: “Passar das palavras aos actos”

O Presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, fez o **discurso anual sobre o estado da União Europeia**, no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Nesta intervenção, Juncker elencou 10 prioridades para o programa de trabalho da Comissão Europeia até final de 2018. Numa reacção ao discurso, **Carlos Coelho** apontou três temas estruturantes que retirou da **Carta de Intenções** apresentada, destacando *“a construção de uma economia europeia mais competitiva, baseada num mercado interno mais aprofundado e equitativo; a perspectiva de uma gestão integrada das migrações mais justa e eficaz, equilibrada com a garantia de segurança de todos os europeus; e a aposta num salto democrático da União, reforçando a sua coesão interna e o seu papel na cena internacional são traves-mestras de um compromisso que espero que passe das palavras para os actos”*.



Sobre o relançamento da economia europeia e a construção do mercado interno, o Deputado ao Parlamento Europeu, que é membro da Comissão de Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO), sublinhou que *“se é certo que a União vive uma progressiva recuperação económica, precisamos ir mais além para crescer mais, criar mais empregos e tornarmo-nos mais competitivos, por isso acolho com expectativa a proposta de uma nova política comercial europeia global e de uma nova estratégia industrial europeia. É fundamental aprofundar o mercado interno, concluindo o Mercado Único Digital e adaptando as nossas regras de protecção dos trabalhadores e dos consumidores. O exemplo da indústria automóvel foi feliz, no sentido em que recordou a necessidade de adaptarmos um mercado aos desafios de digitalização e descarbonização do nosso tempo. Além disso, a referência concreta aos trabalhadores destacados vem em boa hora, numa UE que não pode admitir critérios desiguais - de remuneração, por exemplo - para trabalhadores iguais”*.

No que diz respeito à gestão de migrações e combate ao terrorismo, o social-democrata, que também pertence à Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)

afirmou que *“Juncker sabe que Schengen não está de boa saúde. A má gestão da crise migratória e no combate ao terrorismo colocaram-no sob tensão. A ambição que demonstrou hoje é muito bem-vinda. Contudo, tal como defendi no passado, a Comissão Europeia tem de rejeitar a manutenção das fronteiras internas e melhorar o funcionamento Schengen. Espero que a Comissão o faça urgentemente e bem antes do final deste ano. Não queremos uma Europa a várias velocidades? Pois bem, comecemos por ter uma Europa que funcione: vamos devolver Schengen aos europeus”*. A este propósito, acrescentou que *“este Parlamento também já tinha demonstrado a sua ambição. Lutei por uma aprovação rápida da nova agência do asilo e quero ter aprovado o Sistema de Informação Schengen já no final deste ano”*.

Finalmente, sobre as principais propostas de reforma institucional, Carlos Coelho declarou-se *“algo desapontado com as conclusões do debate acerca do Livro Branco sobre o Futuro da Europa e os seus cinco cenários. No fim de contas, o Presidente Juncker veio apresentar um sexto cenário, - assente em princípios louváveis de liberdade, igualdade e Estado de Direito, é certo - mas não apontou, como tenho*

vindo a defender, um caminho claro. Espero que o roteiro apresentado para as reformas que propõe até ao final do mandato seja suficiente para tornar o debate que temos vindo a fazer consequente. Da União da Energia à União de Defesa, passando pela União Bancária e de Mercados de Capitais, são muitos os campos onde temos de ter rumos claramente traçados. Acolho com simpatia as propostas de um Fundo Monetário Europeu, de um Orçamento para a Zona Euro e até de um «ministro da economia e finanças» para a nossa moeda única, mas tudo isto tem de ser enquadrado em mudanças políticas estruturantes que compreendam toda a União e levem os países fora do Euro a adoptar a moeda única”.

No final das suas declarações, o Eurodeputado registou que *“durante demasiado tempo enunciamos prioridades e debatemos cenários e alternativas. Estamos a um ano e meio de perder, pela primeira vez, um Estado-Membro, e a dois anos de importantes eleições europeias. Precisamos de passar dos enunciados para as acções concretas, se queremos relançar o projecto europeu e construir uma União adaptada a um mundo em mudança rápida, que exige que o acompanemos”*. 

Fernando Ruas visita projectos europeus na Roménia

Na qualidade de membro da Comissão de Desenvolvimento Regional no Parlamento Europeu, **Fernando Ruas** integrou uma comitiva que se deslocou à Roménia, de 18 a 20 de Setembro, a fim de se inteirar dos progressos na implementação da política de coesão neste país.

Durante a missão, o Deputado Europeu teve oportunidade de visitar projectos na área de Investigação e Desenvolvimento, Clusters tecnológicos e de participar em reuniões bastante profícuas com as Autoridades Locais e Regionais de Cluj Napoca, em matéria de boa governação, gestão financeira e aplicação de fundos europeus.

Em declarações proferidas aos órgãos de comunicação social, regionais e nacionais que acompanharam a visita, o europarlamentar frisou: *“estou absolutamente convencido que encontrei um país em transformação, onde a presença da UE é uma constante em todos os projectos de investimento relevantes que visitámos. Tenho a certeza que, uma vez ultrapassadas as actuais dificuldades, a Roménia terá um futuro brilhante à sua frente. É esse o meu desejo.”* 



Cláudia Monteiro de Aguiar organiza visita de trabalho da Confederação do Turismo Português Comitiva da CTP esteve 3 dias em Bruxelas

A convite da deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** uma comitiva da CTP composta por 20 pessoas e liderada pelo Presidente Francisco Calheiros esteve em Bruxelas, com o objectivo de reforçar as relações institucionais entre a CTP e as instituições Europeias.

Ao longo dos três dias de visita, que contou com a presença de um conjunto de empresários associados à atividade turísti-

ca, Cláudia Monteiro de Aguiar organizou um conjunto de reuniões com as diferentes entidades sublinhando que *“é crucial que os agentes do Turismo em Portugal tenham uma relação de proximidade com os decisores políticos em Bruxelas e com as Associações Europeias que representam os seus interesses junto do Parlamento e da Comissão Europeia. Só, assim, fazem valer os seus interesses.”*

A Comitiva reuniu com o Comissário **Car-**

los Moedas, responsável pela Investigação, Ciência e Inovação, com o Embaixador de Portugal em Bruxelas, **António Alves Machado**, a directora do AICEP em Bruxelas, **Maria Manuel Branco**, o Turismo de Portugal e ainda com vários Eurodeputados. As reuniões contarão ainda com apresentações realizadas pela Direcção-geral Turismo da Comissão Europeia, o Comité das Regiões Europeu, o Comité Económico e Social e os Membros do Tourism for Growth and Jobs Manifesto. 



Paulo Rangel cimenta relações transatlânticas em Washington

O Deputado **Paulo Rangel** presidiu mais uma vez a uma delegação de Deputados do Parlamento Europeu que ao longo de 3 dias mantiveram encontros com republicanos, democratas e elementos da Administração Trump e ouviram especialistas do EIN e do Hudson Institute em assuntos políticos, de Segurança e Defesa, económicos e comerciais. No final o Deputado Paulo Rangel deixou Washington com uma ideia mais clara dos caminhos que podem tomar as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos e com o reforço dos laços interpessoais que ligam os Deputados Europeus aos homólogos norte-americanos. *“A política, mesmo a internacional, passa muito pelo conhecimento pessoal mais profundo dos nossos interlocutores. E isso que tenho tentado fazer nos últimos 3 anos, desde que assumi a presidência do European Ideas Network, uma das maiores redes mundiais de think tanks de centro e centro-direita.”* afirma Paulo Rangel.

Durante um encontro bilateral com o congressista norte-americano, presidente da Comissão Parlamentar dos Serviços de Informação, Devin Nunes. *“Dada a sua ascendência portuguesa e ligação a Portugal e aos Açores em especial, falámos também de temas bilaterais. A delegação reuniu também com Jim Costa.”* afirmou Paulo Rangel. 

José Manuel Fernandes reforça emprego jovem, investigação e inovação

José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, apresentou emendas em nome do PPE, para **reforçar a iniciativa emprego jovem**, a investigação e inovação e **defender os fundos da política de coesão**. Para José Manuel Fernandes *“é inaceitável e não têm justificação os cortes que o Conselho propõe para o orçamento de 2018”* e especialmente *“cortar 491 milhões de euros num programa como o Horizonte 2020, que é tão importante para a competitividade da União Europeia”*.

O Conselho, na leitura apresentada pretende cortar 1200 milhões de euros no Orçamento para 2018, dos quais 491 milhões estão dotados ao programa Horizonte 2020. Também ao nível das dotações de pagamentos dos Fundos da

Política de Coesão há um corte previsto de 240 milhões de euros, que é contraditório com os objetivos que foram traçados para 2018 pelo próprio Conselho.

Para o Eurodeputado português *“é essencial que o Parlamento defenda os interesses dos cidadãos e da União Europeia e não permita que estes cortes avancem”*. As emendas que apresenta pretendem o reforço dos programas que promovem a criação de emprego e o crescimento.

O coordenador do PPE nos orçamentos considera que, no Conselho, **Portugal deve ter a mesma atitude do PPE não aceitando cortes** que prejudicam o crescimento e o emprego e que penalizam os países da coesão como é o caso de Portugal. 



Segurança das Fronteiras: Portugal no pelotão da frente

O Relator do Parlamento Europeu para a **Reforma do Sistema de Informação de Schengen (SIS)**, o Deputado **Carlos Coelho**, reuniu em Portugal com a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, com o Gabinete SIRENE português (*Supplementary Information Request at the National Entry*) e com a Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O Deputado ao Parlamento Europeu, que preside à *Task Force* para Schengen, visitou ainda o aeroporto de Lisboa, a **cópia nacional do SIS** e a sede nacional do SEF.

No Gabinete **Sirene**, Carlos Coelho assinou que *"a eficácia do SIS está em larga medida associada ao empenho de cada Estado-Membro. Em Portugal, o Gabinete SIRENE leva a cabo uma ação exemplar, que muito deve às nossas forças de segurança (PJ, PSP, GNR e SEF) e que em nada é alheio a atividade da Secretária-geral de Segurança Interna"*.



Já no **aeroporto de Lisboa**, onde visitou, entre outras, as fronteiras externas aéreas, o Deputado do PSD sublinhou que *"a prontidão das fronteiras aéreas nacionais é notável. Estamos a implementar as mais recentes alterações à legislação Schengen com grande eficácia, e temos assegurado o controlo de todos quanto atravessam a nossa fronteira externa, incluindo cidadãos comunitários"*. O Deputado ao Parlamento Europeu considerou ainda

que *"Portugal, através do SEF, tem garantido um lugar no pelotão da frente no desenvolvimento de novas tecnologias para o controlo de Fronteiras."* E acrescentou que *"o SEF, como já referi por diversas ocasiões, é uma polícia notável. A sua experiência, independência e capacitação são essenciais para a segurança dos Portugueses e, por via do espaço Schengen, para a livre circulação em segurança de todos os Europeus."* 

O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho

chegaram a acordo para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) 2.0

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes**, na qualidade de relator do FEIE (Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos), também conhecido como *'Plano Juncker'* e um dos pilares centrais do investimento para a Europa, viu o Parlamento Europeu chegar a um acordo com a Comissão e o Conselho quanto ao novo *"Plano Juncker 2.0"*, no passado mês de Setembro, após 7 trilogos. O *"novo Plano Juncker"*, que **vê o seu prazo alargado até 2020** e que pretende mobilizar 500 mil milhões de euros em investimentos, contempla agora a melhoria da cobertura geográfica do Fundo respeitante aos investimentos, reforçando as políticas de coesão, uma das principais preocupações do Deputado português. José Manuel Fernandes mostrou-se *"satisfeito por ver acolhidas as suas propostas para que os países da política de coesão como*

Portugal, as regiões menos desenvolvidas e os pequenos projetos tenham um acesso mais facilitado ao novo fundo" e salientou ainda o alargamento do fundo a novos sectores, nomeadamente agricultura, floresta, aquacultura, pesca e à área social. O acordo visa assim reforçar a competitividade, crescimento, emprego e permitir aos cidadãos melhor qualidade de vida.

"Reforçamos a adicionalidade e em simultâneo facilitamos o acesso das regiões menos desenvolvidas. O Advisory Hub, um gabinete de apoio para a apresentação de projetos criado no âmbito do Plano Juncker, passará a ter uma postura proactiva na promoção e estruturação de plataformas e bons projetos em todas as regiões da UE", explicou o relator do Parlamento Europeu. Esta é uma enorme vitória do relator do grupo do

PPE, que conseguiu através do *FEIE 2.0*, reforçar este novo instrumento (Plano Juncker) *"que vai permitir continuar o crescimento e aumentar o emprego. É um fundo inovador e diferente, que não diz o que pretende fazer, mas antes interpela os interessados com uma garantia: financiar projetos viáveis que não se financiam pelo mercado"*, conclui José Manuel Fernandes.

Desde a sua criação em 2015, o FEIE já contribuiu para mais de 225 mil milhões de euros em investimentos, beneficiando 425 mil PME e criando 300 mil novos empregos na União Europeia. Para Portugal, já foram aprovados cerca de 1.900 milhões de euros que mobilizarão cerca de 5.400 milhões de euros de investimento, numa mostra clara do sucesso deste instrumento. 

Sofia Ribeiro promove oportunidades europeias para a diáspora Açoriana

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** realizou uma jornada de trabalho, junto da Diáspora Açoriana, em Toronto, numa iniciativa que classificou de *“absolutamente fundamental, não só por fazer parte da delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Canadá, mas principalmente por Toronto, em particular, e o Canadá em geral, terem uma enorme comunidade de emigrantes dos Açores, que importa também acompanhar e auscultar, e acima de tudo, demonstrar toda a disponibilidade e interesse em formas de colaboração e cooperação entre ambas as partes.”*

Essa jornada de trabalho contou com diversos contactos com as entidades e associações representativas da nossa comunidade, como é o caso da Casa dos Açores de Ontário, do Centro Comunitário e Cultural *“Graciosa”*, ou mesmo com a secção do PSD/Toronto.

Segundo a Eurodeputada *“para além de todos estes importantíssimos contactos e visitas, estive também em alguns órgãos de comunicação social locais, de modo a que a mensagem chegue ao maior número de nossos concidadãos”,* tendo ainda acrescentado que *“foi também com muito gosto que aceitei o convite, uma vez que já iria estar em Toronto, para participar na semana cultural Beirã”.*

Questionada sobre a mensagem que queria passar, Sofia Ribeiro afirmou ter *“duas mensagens muito importantes. A primeira tem a ver com o CETA e com as enormes vantagens de investir na Europa, nomeadamente nos Açores e dos Açorianos também investirem no Canadá, através da exportação dos nossos produtos e tudo isto foi possível através da acção da União Europeia, e do Parlamento Europeu. A segunda mensagem é a de que todos os nossos emigrantes são também cidadãos europeus e isto confere-lhes igualmente o acesso a imensas oportunidades disponibilizadas pela União Europeia. Por este motivo, elaborei um documento que apresentei na Casa dos Açores de Ontário, que reúne diversos programas como o Erasmus+,*



Questionada sobre a mensagem que queria passar, Sofia Ribeiro afirmou ter “duas mensagens muito importantes. A primeira tem a ver com o CETA e com as enormes vantagens de investir na Europa, nomeadamente nos Açores e dos Açorianos também investirem no Canadá, através da exportação dos nossos produtos e tudo isto foi possível através da acção da União Europeia, e do Parlamento Europeu...”

Horizonte2020, entre outros, que poderão ser uma ferramenta útil para quem as quiser aproveitar”.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou que *“não obstante a existência de diversas oportunidades para quem tem cidadania*

europeia, faço sempre a ressalva da enorme necessidade da nossa comunidade desenvolver todos os esforços para se naturalizar e adquirir a cidadania americana ou canadiana, de modo a evitar os dissabores que bem conhecemos e que se tenderão a agravar com a actual administração Trump”. 

Cláudia Monteiro de Aguiar relatora para Governação Internacional dos Oceanos

Cláudia Monteiro de Aguiar foi nomeada na Comissão de Transportes e Turismo relatora do documento estratégico *"Uma Agenda para a Governação dos Oceanos"*. Este documento, assinalado como prioritário para Federica Mogherini - Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança - apresenta 15 acções para o futuro dos Oceanos, com o objectivo de preservar, conservar e aproveitar de forma sustentável os recursos marinhos.

Segundo a Eurodeputada do PSD este documento *"é crucial pela importância que atribui na preservação dos oceanos, nas suas várias vertentes. E pela acção global que entidades públicas, privadas e sociedade civil são chamadas a adoptar em coordenação, pois a governação e gestão dos oceanos não têm fronteiras."*

O parecer está em fase de negociação na Comissão dos Transportes e Turismo e na Comissão do Ambiente, pois ambas partilham competências nesta matéria. Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar *"os Estados-Membros são instados a um compromisso de aplicação de medidas concretas, que seja cumprido o objectivo 14 da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, sobre a preservação e exploração sustentável dos oceanos. Estes compromissos são transversais a vários sectores, a transportes e turismo mas com o crivo de soluções ambientais e ecológicas."*

No documento apresentado pela Eurodeputada é ainda dado especial enfoque, entre outras matérias, à necessidade do estabelecimento de planos de ordenamento do espaço marítimo o mais tardar até 31 de Março de 2021 para que seja a União a liderar o Fórum a nível internacional; à necessidade de reforçar a segurança marítima; reforçar se necessário o apoio financeiro às Agências, com competências nesta matéria, pelo aumento de competência em matéria de controlo das fronteiras e no combate à poluição marítima e marinha.

Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha ainda a necessidade de *"desenvolver parcerias*



- Portugal com 97% do seu território em espaço marítimo deve liderar Agenda para os Oceanos na União.
- Preservação dos Oceanos exige um compromisso além das áreas marítimas de cada País.
- O impacto da economia do mar está estimado em cerca de 1.3 B € estimativa que pode duplicar até 2030.

no domínio dos oceanos como meio para reforçar a cooperação em questões de interesse comum, como o Crescimento Azul, Soluções Digitais e de Tecnologia Marítima Avançada, em projectos de inovação em tecnologias azuis e energias limpas, como o LNG, para as infraestruturas e transporte marítimo mais ecológicos."

O relatório faz ainda referência ao Turismo Costeiro e Marítimo para que seja tido em consideração e para que seja incluído na Agenda

Internacional para a Governação dos Oceanos.

Uma breve nota de enquadramento relativamente a este Parecer Estratégico que vai ao encontro da primeira Conferência dos Oceanos da ONU, que aconteceu em Nova Iorque em Junho do passado, com a participação de 193 países. Além da adopção do compromisso pelos Estados, a conferência teve como objectivos: promover o diálogo entre governos, empresas, fundações e organizações não-governamentais e a realização de outros compromissos voluntários. 



“Há 400.000 portugueses num limbo inaceitável!” - Carlos Coelho exige clareza e celeridade nas negociações do Brexit

Carlos Coelho interveio no plenário do Parlamento Europeu, no debate sobre o ponto de situação das **negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia**. Durante a discussão, em que participaram o Presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, e o negociador principal da UE para o Brexit, **Michel Barnier**, o Eurodeputado português exigiu clareza, celeridade e respeito pelos direitos dos cidadãos.

“Estamos atrasados. O artigo 50.º foi accionado há mais de seis meses e não há verdadeiros progressos nas negociações. Este impasse não aproveita a ninguém. Há mais tempo para discursos mediáticos do que para apresentar propostas concretas. Ouvimos Theresa May em Florença mas continuamos a ignorar propostas concretas consequentes” criticou o social-democrata.

Sobre a defesa dos direitos dos cidadãos europeus residentes no Reino Unido e dos cidadãos britânicos residentes num outro Estado-Membro da UE, o Deputado ao Parlamento Europeu sublinhou que **“há cinco milhões de cidadãos com o futuro hipotecado. Europeus que vivem no Reino Unido e britânicos que escolheram outro dos 27.**

400 Mil portugueses vivem num limbo inaceitável. É urgente que o Reino Unido se comprometa com a salvaguarda dos direitos dos cidadãos europeus residentes. Violar o Direito da União de forma mais ou menos camuflada e retirar direitos seria intolerável!”

Carlos Coelho sublinhou, ainda: **“Por isso é tão importante decidir e decidir agora. Para preservar os direitos de todos os cidadãos europeus e trabalhar para uma transição tranquila.**

*Isso implica a aplicação do acervo comunitário, assente nas **quatro indissociáveis liberdades de circulação**. Precisamos de um bom acordo e o relógio está a contar”.*

Em Estrasburgo, no final do debate, Carlos Coelho recordou que **“entre o referendo e a activação do artigo 50.º tivemos 9 meses de incerteza e agora, seis meses depois, ouvimos discursos mas não vemos acções concretas. De questões relacionadas com as fronteiras, designadamente entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte, às questões dos acordos financeiros, há muitos dossiers em aberto que, não sendo fáceis, são urgentes fechar. Não podemos adiar mais, sob pena de ver este clima de incerteza, que é sentido pelos cidadãos, resultar numa desconfiança irreversível num processo que tem de ultrapassar as pequenas divergências e perspectivar o futuro partilhado entre UE e Reino Unido”.** 

Cláudia Monteiro de Aguiar é convidada pelo Presidente do Parlamento Europeu para conferência de Alto Nível

A Deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** participou, no Dia Mundial do Turismo, numa conferência de Alto Nível organizada pelo Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, intitulada *“Uma estratégia europeia para aumentar a competitividade da indústria do turismo, fator essencial para a criação de emprego”*.

A Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar, única portuguesa convidada, interveio no painel sobre *“Inovação e economia digital no Turismo”*, em conjunto com a Comissária Europeia da Economia e Sociedade Digital, Mariya Gabriel.

Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar *“a melhor resposta para responder às mudanças que vivemos é a inovação, para conciliar e adaptar o tradicional ao moderno e, assim, potenciar o crescimento, a qualificação da*

oferta e gestão sustentável dos destinos, mesmo aqueles destinos menos conhecidos”.

Para fazer face a estes desafios a Deputada pede à Comissão que proponha novos instrumentos direcionados para o turismo, através de apoios financeiros, incentivos ou linhas de crédito salientando que *“no próximo quadro financeiro plurianual seja criada uma rubrica específica de financiamento para o sector”*.

Na sua intervenção a Deputada foi mais longe e sugeriu *“a criação de uma Política Comum de Turismo, que responda à necessidade urgente de inovar e de adaptar o sector à economia digital”*.

Olhando para a realidade europeia na economia colaborativa Cláudia Monteiro de Aguiar destacou ainda *“a urgência de legislar*

sobre as plataformas de mobilidade, como a Uber, Cabify e Bla Bla Car e sobre o alojamento local” e aponta que *“a acção deve vir da Comissão Europeia para que não exista uma parafernalia de legislações nos 28 Estados-Membros”*.

Ainda na sua intervenção a Deputada aponta Portugal e o anterior governo, como *“pioneiro, ao enquadrar legamente o alojamento local”* e lamenta *“a constante diabolização do mesmo por um lado e segundos depois aplaudem as suas receitas fiscais”*. Finalmente, a deputada salientou a importância de *“colocar a internet das coisas ao serviço de produtos tradicionais, onde deu como exemplo a sua proposta para desenvolver um projecto para o Turismo Rural, «Smart Rural Tourism”, que pretende aliar a gastronomia, produtos com denominação de origem protegida e natureza integrados numa rede digital.* 

Fernando Ruas defende a promoção de conectividade à internet em comunidades locais

O Deputado **Fernando Ruas** interveio em sede de sessão plenária, em Estrasburgo, no mês de setembro, aquando do debate do relatório sobre a *“Promoção de conectividade à Internet em comunidades locais”*, nomeadamente nas autarquias do qual foi relator sombra do PPE, na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Depois de congratular a Comissão pela apresentação da proposta em questão, que prevê um sistema de vouchers e candidaturas simplificadas totalmente inovador, capaz de assegurar o financiamento de equipamentos WI-Fi gratuitos em diversos



espaços públicos, Fernando Ruas sublinhou a abrangência que esta medida terá ao impactar, pelo menos, 6.000 municípios

em todos os Estados-Membros, extensível até 8.000.

O Deputado lembrou também as diversas alterações por si apresentadas à proposta inicial da Comissão, referindo-se concretamente à importância da *“eliminação das barreiras linguísticas nas páginas de acesso e à inclusão dos princípios da Coesão Económica, Social e Territorial no articulado deste Regulamento, de acordo com o artigo 174 do Tratado de Lisboa”*, expectando agora uma rápida concretização no terreno das ideias constantes do Diploma agora aprovado. 

Carlos Coelho exige cumprimento dos direitos dos passageiros afectados pela Ryanair

Os Eurodeputados debateram, em Estrasburgo, com a Comissária europeia dos Transportes, Violeta Bulc os **recentes cancelamentos de voos pela companhia aérea Ryanair**.

Carlos Coelho, Membro da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, afirmou que os **milhares de cancelamentos** de viagens da companhia irlandesa Ryanair, **causaram danos elevados na confiança dos consumidores europeus**.

*"Muitos consumidores têm relatado uma **ocultação persistente da informação sobre os seus direitos**, e muitas reclamações têm sido apresentadas à transportadora aérea, a autoridades nacionais, às associações de consumidores e à Comissão Europeia referindo sobretudo;*

- a **ausência de resposta** da companhia aérea;
- a **não aplicação das regras** do artigo 5º do Regulamento 261/2004;
- a **prestação de informações enganosas** para fugir às compensações ou;
- a **utilização de lacunas** no Regulamento no que respeita aos **voos sequenciais**".

Para o social-democrata *"é lamentável que só **3 autoridades nacionais tenham ameaçado com medidas sancionatórias**. As outras limitam-se apenas a "monitorizar a situação" (como é o caso da ANAC). O apoio tem sido prestado maioritariamente pelas organizações de consumidores e a **Comissão Europeia não se tem manifestado de forma clara** neste processo".*

Carlos Coelho ressaltou em hemiciclo que *"a proteção eficaz dos consumidores é um elemento fundamental do bom funcionamento do mercado. A má gestão de uma companhia não pode ser pretexto para se furtar ao dever de indemnização e compensação dos passageiros afectados"* tendo afirmado que *"dos relatos que me chegaram, estamos perante casos de **práticas comerciais enganosas por omissão da informação necessária para que os consumidores afectados possam fazer valer os seus direitos**".*



Ao concluir afirmou que *"as **autoridades nacionais de defesa do consumidor têm de actuar**. A Comissão não deve ficar parada num caso objectivamente transnacional que afecta milhares de europeus. E a realidade dá-nos razão quando propusémos o reforço da cooperação entre as **Autoridades Nacionais de Protecção do Consumidor, que iremos votar aqui em Estrasburgo no próximo mês**".*

Pergunta à Comissão:

O social-democrata havia já questionado com carácter de urgência a Comissão Europeia, a 19 de Setembro sobre a violação dos direitos dos passageiros aéreos pela Ryanair, não tendo obtido até agora resposta por parte desta instituição.

A aplicação coerciva do direito dos consumidores é, em primeiro lugar, competência de

cada Estado-Membro. Porém, num Mercado Interno sem fronteiras, as autoridades nacionais só podem lidar eficazmente com infracções aos direitos dos consumidores em contexto transfronteiriço se cooperarem entre si.

O actual Regulamento CDC que data de 2004 (Regulamento (CE) 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Outubro de 2004) estabelece mecanismos operacionais de cooperação entre as autoridades nacionais fiscalizadoras permitindo que elas coordenem as suas acções de repressão das infracções ao direito europeu dos consumidores.

Carlos Coelho foi o responsável pela Revisão deste Regulamento no Partido Popular Europeu, que irá ser votado pelos europarlamentares em meados de Novembro em Estrasburgo. 

Sofia Ribeiro defende aumento da quota do atum rabilho



A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu, na sessão plenária em Estrasburgo, que a *“sustentabilidade dos recursos biológicos marinhos não pode ser cega, ou seja, deverá ter igualmente em conta a sustentabilidade económica e social a longo prazo”* tendo lembrado a situação dos pescadores e das suas famílias *“que atravessam uma situação de crise, de falta de rendimento, mesmo trabalhando mais e arriscando muito as suas vidas”*

No debate sobre as recomendações do ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico), a Eurodeputada centrou a sua intervenção no binómio sustentabilidade dos recursos e sustentabilidade dos pescadores, dando como exemplo os pescadores de zonas costeiras e das *“Regiões Ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, que sofrem cada vez mais com a escassez de recursos biológicos marinhos, pois ano após ano, quer os pescadores, quer a nossa indústria atuneira, veem cada vez menos recursos, menos atum, pondo em causa a sustentabilidade desta importante actividade na minha Região, os Açores, ameaçando desta forma centenas de postos de trabalho directos e indirectos, sejam por razões climáticas que levaram à alteração das rotas de migração dos tunídeos, sejam por razões humanas,*

com técnicas agressivas de pesca e de cerco, por parte de outros que reduzem em grande número os indivíduos que conseguem fazer esta migração”.

A Eurodeputada Sofia Ribeiro deixou ainda dois apelos ao Comissário dos Assuntos Marítimos e das Pescas que assistia à sua intervenção, nomeadamente a necessidade de uma *“igualdade de tratamento entre as frotas europeias e de países terceiros. Não podemos continuar a impor aos nossos pescadores regras mais restritivas e limitadoras, do que a outras frotas, que muitas vezes não respeitam os princípios mais básicos dos padrões europeus”* bem como a *“necessidade de um compromisso para com as frotas artesanais, especialmente as das Regiões ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, pois temos sido um exemplo a nível europeu e mundial da sustentabilidade e seletividade da pesca de atum, através da técnica de salto-e-vara”.*

Ao finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro solicitou ao Comissário que *“tivesse em consideração a possibilidade de um aumento das quotas de pesca do Atum Rabilho, cujo stock se encontra em franca expansão e que de facto seria muito útil para podermos compensar os pescadores europeus do corte nas quotas de pesca do espadarte, que, como é comumente reconhecido, sofreu uma forte deterioração dos seus stocks”.* 



Universidade de Verão do European Ideas Network em Roma Discute Segurança no Mediterrâneo

O 17º encontro anual do European Ideas Network (EIN) teve lugar em Roma de 27 a 29 de Setembro e serviu para **debater soluções para a segurança e a estabilidade na região mediterrânica.** *“Não poderíamos ter escolhido um lugar melhor para organizar a nossa XVI Universidade de Verão do que a cidade de Roma. Esta escolha é o contributo do EIN para comemorar o 60º aniversário do tratado de Roma. Durante dois dias teremos uma ampla gama de painéis de alto nível em temas diversos como a segurança e defesa, as migrações, a economia, a demografia, a bioética, as relações externas, etc. A UE vive um momento histórico e a reflexão que saiu de Roma deu aos Deputados do PPE contributos suficientes para pensar e preparar o futuro”* afirmou **Paulo Rangel**, presidente do European Ideas Network e vice-presidente do Grupo PPE no Parlamento Europeu.

Durante 2 dias os Deputados do PPE ao Parlamento Europeu tiveram a oportunidade de ouvir e trocar ideias com empresários, académicos, decisores políticos e líderes de opinião. O presidente do Partido Popular Europeu, Joseph Daul, foi distinguido com o terceiro Prémio EIN Francisco Lucas Pires, numa cerimónia que contou com a presença de Mairead McGuinness, Vice-presidente do Parlamento Europeu. Entre os participantes da Universidade de Verão do EIN estavam figuras públicas bem conhecidas, como Antónis Samarás, Lawrence Gonzi e Enda Kenny, ex-Primeiros-Ministros da Grécia, Malta e Irlanda, respectivamente, o Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Angelino Alfano e também Enzo Moavero Milanesi, ex-Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros e ex-juiz do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, bem como Tonio Borg, antigo Comissário Europeu maltês e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Malta e Andris Piebalgs, antigo Comissário Europeu para a Letónia e presidente da Unity Party.

O European Ideas Network é um fórum de reflexão pan-europeu aberto, destinado a promover a reflexão sobre os principais desafios enfrentados pelos países da União Europeia. 

José Manuel Fernandes acusa Governo de não estar a promover uma boa execução dos Fundos Europeus

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes**, coordenador do PPE na comissão dos orçamentos, acusou o **Governo de ser o responsável pela fraca execução dos fundos comunitários**. De acordo com os dados oficiais, entre 2014 e 2017 há mais de 14.200 milhões de euros autorizados para Portugal mas apenas 3.200 milhões é que foram executados. Para José Manuel Fernandes, Portugal *“não se pode satisfazer com a ambição mínima”* e o *“facto de haver outros países piores que Portugal, não quer dizer que estejamos bem”*.

Já anteriormente o Eurodeputado português tinha alertado para a fraca execução dos fundos, mas agora as consequências podem ser maiores. *“Esta má execução dificulta as negociações que já se iniciaram para os fundos pós 2020. Os contribuintes líquidos já começaram a afirmar que esta má execução significa que se pode reduzir o envelope da política de coesão. Recordo que Portugal, fruto do trabalho de Pedro Passos Coelho garantiu um envelope de mais de 25000 milhões de euros para 2014/2020. Para depois de 2020, o governo de António Costa tem a obrigação de conseguir um montante que não seja inferior.*

“Em Portugal, 70% do investimento público vem do orçamento comunitário” e “apenas a Croácia depende mais do orçamento europeu do que nós”, relembra o coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, dizendo-se espantado por *“ainda não ter visto da parte do Governo preocupação em definir as prioridades para o próximo QFP. Num país como Portugal que depende tanto do orçamento europeu seria normal já ter ouvido da parte do Governo o que pretendem para Portugal e para a Europa no pós-2020”,* afirma.

O próximo Quadro-Financeiro Plurianual está a ser discutido no Parlamento Europeu e os trabalhos já estão adiantados. José Manuel Fernandes afirma: *“Considero que a duração*



deverá ser no mínimo de 7 anos, defendo que os fundos da política de coesão, desenvolvimento rural, e apoio às pescas têm de continuar com um envelope financeiro semelhante ao atual. O apoio direto aos agricultores deve continuar nos mesmos moldes. As novas prioridades, como a segurança e defesa, devem ter recursos adicionais e por isso defendo uma nova rubrica. A Comissão Europeia vai apresentar em Junho de 2018 a proposta do novo quadro financeiro. Infelizmente ninguém conhece até este momento a posição do Governo de Portugal.” 

José Manuel Fernandes, defende que: “Portugal não se pode satisfazer com a ambição mínima” e o “facto de haver outros países piores que Portugal, não quer dizer que estejamos bem”.

Sofia Ribeiro pede à Ryanair que salvaguarde os interesses dos Açores

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** reuniu, em Estrasburgo, com um dos responsáveis da empresa de aviação “Ryanair”, para debater a situação difícil que a empresa atravessa, tendo a Eurodeputada referido que *“sendo uma empresa europeia que está a criar graves transtornos aos passageiros europeus com os seus milhares de cancelamentos, importa perceber a origem desta situação, bem como garantir que todos os direitos dos passageiros são cumpridos e saber se os impactos nos destinos cancelados são de alguma forma avaliados”*.

De facto, a companhia Irlandesa “Ryanair” cancelou mais de 40 voos diários para vários destinos, até final de Outubro, estimando-se que até final de Março, sejam mais de 400 mil passageiros afetados. Segundo Sofia Ribeiro *“para além do que referi e perante as ameaças de greve dos tripulantes, importa perceber se os seus direitos e condições de trabalho estão a ser respeitados, uma vez que emprega cerca de 13 mil pessoas e, segundo me foi dito, todas de nacionalidade europeia”* tendo acrescentado ainda que *“o cancelamento destes voos tem também enorme impacto na economia dos destinos que foram alvo de cancelamento, pois transportam cerca de 130 milhões de passageiros por ano, voam para 34 países e 200 aeroportos, portanto, basta imaginar o impacto que têm na economia destas regiões e países”*.

O responsável da “Ryanair” referiu que neste momento a situação está estabilizada e que todos os direitos dos passageiros afetados foram devida e atempadamente salvaguardados, tendo ainda referido que os seus funcionários têm uma situação laboral muito positiva e salientado que contam com os melhores registos de segurança do sector. Questionado sobre o



que então correu mal, a explicação foi simples: *“Deu-se uma alteração laboral que obrigou a que dessemos férias às nossas tripulações nesta altura. Houve portanto uma falha interna de planeamento estratégico, mas que a situação agora está normalizada”*.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro solicitou à “Ryanair” que *“tivesse em consideração a enorme dependência que algumas regiões têm dos transportes aéreos, como é o caso das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, de que é exemplo os Açores. Tal como temos no*

Tratado Europeu um regime de salvaguarda das RUP, a Ryanair sendo uma empresa europeia, deverá também respeitar este desígnio, evitando ao máximo que a operação para estas Regiões, mais especificamente para os Açores, fosse afectada, dando como exemplo o cancelamento dos voos para a ilha Terceira em Setembro e Outubro” concluindo que *“esta ideia foi encorada como muito pertinente e interessante e que irão ter em consideração os argumentos que enunciei do Artigo 349º do Tratado para evitar maiores impactos negativos”*. 